COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO - CNPJ - 10.921.252/0001-07.

RELATÓRIO DA DIRETORIA - SENHORES ACIONISTAS - Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Diretoria da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE apresenta a V.Sas. as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, na forma da legislação vigente, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes. **A DIRETORIA**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - (EM REAIS)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante			
Disponível	4	5.791.415	13.468.082
Contas a receber de clientes	5	45.154.731	41.828.799
Estoques	6	1.212.473	1.290.855
Tributos a recuperar	7	633.152	1.831.042
Adiantamentos diversos	-	311.308	359.741
Despesas antecipadas	-	62.596	67.655
		53.165.674	**58.846.173**
Ativo Não Circulante			
Depósitos judiciais	8	167.535	172.592
Investimentos em outras companhias	9	92.227	113.142
Impostos diferidos	10	-	6.122
Outros investimentos	11	982.456	982.456
Imobilizado	12	15.672.171	16.871.616
Intangível	13	839.296	318.420
		17.753.685	**18.464.348**
Total do Ativo		**70.919.359**	**77.310.521**

PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Passivo Circulante			
Obrigações trabalhistas	14	983.925	1.054.824
Fornecedores	15	1.262.254	1.110.502
Obrigações sociais	16	462.142	444.145
Obrigações tributárias	17	281.827	420.781
Adiantamentos de clientes	18	296.466	270.502
Dividendos declarados	-	586	519
Juros sobre capital próprio	19	1.197.000	1.464.750
Outros	-	6.465	34.052
		4.490.665	**4.800.075**
Passivo Não Circulante			
Impostos diferidos	10	1.124.148	1.155.140
Provisão para contingências	20	75.000	75.000
		1.199.148	**1.230.140**
Patrimônio Líquido	21		
Capital social		65.373.000	65.373.000
Reservas de reavaliação		4.591.721	4.710.599
Reservas de lucros		-	2.260.326
Ajustes de avalição patrimonial		(1.031.921)	(1.063.619)
Prejuízos Acumulados		(3.703.254)	-
		65.229.547	**71.280.306**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**70.919.359**	**77.310.521**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - (EM REAIS)

		Reservas			Ajuste de Avaliação patrimonial			
	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Reavaliação	Resultado do exercício	Ajuste de avaliação patrimonial	Tributos sobre reserva de reavaliação	Tributos Sobre Ajuste ao Valor Justo	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**64.312.365**	**2.273.008**	**5.001.853**	**-**	**85.399**	**(1.200.445)**	**(18.474)**	**70.453.705**
Aumento de capital - juros sobre capital próprio	1.060.635	-	-	-	-	-	-	**1.060.635**
Realização por depreciação de imobilizado	-	-	(291.254)	291.254	-	-	-	**-**
Absorção do prejuízo	-	(12.681)	-	12.681	-	-	-	**-**
Ajuste a valor justo	-	-	-	-	-	69.901	-	**69.901**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(303.935)	-	-	-	**(303.935)**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**65.373.000**	**2.260.326**	**4.710.599**	**-**	**85.399**	**(1.130.544)**	**(18.474)**	**71.280.306**
Realização por depreciação de imobilizado	-	-	(118.878)	118.878	-	-	-	**-**
Absorção do prejuízo	-	(2.260.326)	-	2.260.326	-	-	-	**-**
Ajuste a valor justo	-	-	-	-	6.828	28.531	(3.660)	**31.698**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(6.082.458)	-	-	-	**(6.082.458)**
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**65.373.000**	**-**	**4.591.721**	**(3.703.254)**	**92.227**	**(1.102.013)**	**(22.134)**	**65.229.547**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - (EM REAIS)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	22	**43.332.504**	**43.961.920**
Custos dos serviços		(21.279.719)	(20.099.925)
Lucro bruto		**22.052.785**	**23.861.995**
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal		(12.863.229)	(12.536.802)
Despesas gerais		(14.251.519)	(12.504.163)
Outras receitas (despesas) operacionais		(254.756)	337.820
		(27.369.504)	(24.703.145)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(5.316.720)**	**(841.150)**
Resultado financeiro	23		
Despesas financeiras		(1.293.461)	(1.603.411)
Receitas financeiras		527.723	2.140.626
		(765.738)	**537.215**
Resultado antes dos tributos sobre lucro		**(6.082.458)**	**(303.935)**
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Resultado líquido do exercício		**(6.082.458)**	**(303.935)**

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - (EM REAIS)

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas operacionais		
Vendas de serviços	46.699.856	46.945.791
Outras receitas/despesas	(138.618)	544.483
	46.561.238	47.490.274
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(19.721.829)	(18.597.570)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(13.111.014)	(11.320.485)
	(32.832.842)	(29.918.055)
Valor adicionado bruto	**13.728.396**	**17.572.219**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(1.140.181)	(1.198.373)
Valor adicionado líquido	**12.588.215**	**16.373.846**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	527.723	2.140.626
Valor adicionado total a distribuir	**13.115.938**	**18.514.472**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	10.773.263	10.550.050
Impostos, taxas e contribuições	6.781.742	6.258.559
Despesas financeiras	96.461	138.952
Juros sobre capital próprio	1.197.000	1.464.458
Alugueis	349.930	406.387
Resultado do exercício	(6.082.458)	(303.935)
Valor adicionado distribuído	**13.115.938**	**18.514.472**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - (EM REAIS)

	31/12/2018	31/12/2017
Atividades operacionais		
Ajuste para reconciliação do lucro líquido		
Resultado do exercício	(6.082.458)	(303.935)
Aumento de capital - juros sobre capital próprio	-	1.060.635
Ajustes de avaliação patrimonial	31.698	69.901
Reversão de juros sobre capital próprio	-	-
	(6.050.760)	826.601
(Aumento) diminuição de Ativos		
Contas a receber de clientes	(3.325.932)	(17.007.755)
Estoques	78.382	265.827
Tributos a recuperar	1.197.889	(443.724)
Adiantamentos diversos	48.433	(41.838)
Despesas antecipadas	5.059	14.150
Depósitos judiciais	5.057	68.731
Impostos Diferidos	6.122	-
	(1.984.989)	(17.144.610)
Aumento (diminuição) de Passivos		
Obrigações trabalhistas	(70.900)	63.955
Fonecedores	151.751	(400.764)
Obrigações sociais	17.998	(20.437)
Obrigações tributárias	(138.954)	63.904
Adiantamentos de clientes	25.964	742
Dividendos	67	-
Provisões para dividendos	(1.464.750)	(1.060.927)
Juros sobre capital próprio	1.197.000	1.464.750
Impostos diferidos	(30.992)	(69.901)
Outros	(27.586)	785
	(340.402)	42.107
Caixa líquido das atividades operacionais	**(8.376.151)**	**(16.275.903)**
Atividades de investimentos		
Imobilizado	1.199.445	(364.176)
Intangível	(520.876)	(49.910)
Outros investimentos	20.915	(540.000)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**699.484**	**(954.086)**
Aumento (redução) do disponível	**(7.676.667)**	**(17.229.989)**
Saldo do disponível no início do exercício	13.468.082	30.698.071
Saldo do disponível no final do exercício	5.791.415	13.468.082
Variação no disponível	**(7.676.667)**	**(17.229.989)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - (EM REAIS)

1. Contexto operacional

A Companhia Editora de Pernambuco - CEPE é uma sociedade de economia mista, criada pela Lei nº 6065, de 1º/12/1967, domiciliada à Rua Coelho Leite, 530 - Santo Amaro – Recife – PE.

A Companhia tem como atividade preponderante a edição e publicação dos Diários Oficiais do Estado, didático-culturais, e processamento e digitalização de imagens.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base o padrão contábil internacional estabelecido pelo International Accounting Standards Board – IASB (conhecido como International Financial Reporting Standards – IFRS).

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da CEPE estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.4 Regime de escrituração

A Companhia adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas, quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

3. Principais políticas contábeis

3.1 Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment")

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído, ou não mais exista.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.2 Disponível

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber de clientes e outros créditos são mensurados ao seu valor justo na data da transação. O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Após o reconhecimento inicial, as contas a receber de clientes e outros créditos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Como a empresa não realiza vendas com caráter de financiamento, as mesmas não são amortizadas através do método da taxa efetiva de juros. Da mesma forma, os outros créditos, igualmente não revestidos de caráter de financiamento, não são amortizados usando-se do método da taxa efetiva de juros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa não é estabelecida pois não existe uma evidência objetiva de que a CEPE não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber de clientes.

Os outros créditos correspondem aos valores referentes a adiantamentos diversos (funcionários e terceiros), devedores diversos e despesas antecipadas (outros). Os adiantamentos a funcionários representam empréstimos não onerosos concedidos a funcionários (quando solicitado) pelo retorno das férias. Os adiantamentos de terceiros correspondem a pagamentos antecipados a fornecedores. Os pagamentos antecipados a empregados correspondem a adiantamentos feitos a funcionários por conta de salário mensalmente recebido, bem como, 13º salário, férias, gratificação natalina e outras gratificações. Os devedores diversos representam demais contas a receber não contempladas nos itens anteriores, sendo formados basicamente pelos créditos de diversas origens e os cheques em cobrança, que representam os cheques devolvidos em cobrança.

As contas a receber de clientes e outros créditos realizáveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

3.4 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método de absorção utilizando a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

3.5 Tributos a recuperar

Há diversas operações que podem gerar valores a recuperar de impostos, tais como saldos devedores de PASEP, COFINS, IRPJ, CSLL e outros. Tais impostos são registrados pelo custo histórico e não são atualizados a valor presente devido a não incidência de atualização monetária sobre os mesmos.

3.6 Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos registrados nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia venha à apresentar lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos passivos e ativos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.7 Investimentos

Os outros investimentos da CEPE são representados por obras de arte, reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, as mudanças ao seu valor justo, quando devidamente comprovadas por um profissional capacitado, são reconhecidas em outros resultados na Demonstração do Resultado. Caso a determinada obra de arte seja baixada, o ganho ou perda decorrente da diferença entre o valor contábil registrado e o efetivo valor realizado é registrado como "outras receitas/outras despesas".

3.8 Investimentos em outras companhias - ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são incluídos em ativo não corrente, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

Estes ativos são representados por títulos patrimoniais (ações) de longo prazo nos quais a companhia não possui influência significativa ou controle. Isto é geralmente evidenciado quando o investimento equivale a menos de 20% dos direitos de voto.

Após o reconhecimento inicial, pelo seu valor de custo, eles são medidos pelo valor justo. O valor justo dos investimentos em outras companhias é calculado da seguinte forma:

(a) Utilizando o preço cotado em mercado ativo para o item idêntico mantido por outra parte como um ativo, se esse preço estiver disponível;

(b) Se esse preço não estiver disponível, utilizando outros dados observáveis, tais como o preço cotado em mercado que não seja ativo para o item idêntico mantido por outra parte como um ativo;

(c) Se os preços observáveis de (a) e (b) não estiverem disponíveis, utilizando outra técnica de avaliação, como, por exemplo:

I - Abordagem de receita (por exemplo, técnica de valor presente que leve em conta o fluxo de caixa futuro que um participante do mercado esperaria receber por deter o passivo ou o instrumento patrimonial como ativo);

II - Abordagem de mercado (por exemplo, utilizando preços cotados para passivos ou instrumentos patrimoniais similares mantidos por outras partes como ativos).

CONTINUA

3.9 Imobilizado

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, formação ou construção deduzidos de depreciação / amortização e perda por redução ao valor recuperável. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação de ativos na data de 2007. Os efeitos da reavaliação aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, reavaliação esta líquida dos efeitos fiscais.

Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos. O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, será mantido até sua completa amortização, que segue a vida útil do bem reavaliado.

As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado com as taxas de depreciação e amortização demonstradas na nota explicativa nº. 12. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Ativos imobilizados não reavaliados

Veículos	5 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Maquinários adquiridos após 2005	10 anos
Computadores e periféricos	10 anos

Ativos imobilizados reavaliados

Edificações	5 a 20 anos
Móveis e utensílios	5 a 20 anos
Maquinários	10 a 20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.10 Fornecedores

Compreendem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante.

3.11 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como previsão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

3.12 Juros sobre capital próprio

Juros sobre capital próprio é uma das formas da empresa distribuir o lucro entre os seus acionistas. A escolha da distribuição dos lucros por juros sobre capital próprio compete à assembleia geral, ao conselho de administração ou à diretoria da empresa.

O Estatuto Social da Companhia prevê que no mínimo 6% do lucro líquido do exercício sejam distribuídos aos seus acionistas. A Companhia reconhece os valores a pagar no encerramento de cada exercício social.

3.13 Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

3.14 Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital.

Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, da controladora e das subsidiárias e coligadas, anteriores a 31 de dezembro de 2007.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação, exaustão, baixa, ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

3.15 Ajuste de avaliação patrimonial

São classificados como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Os valores registrados nessa conta serão transferidos para o resultado do exercício à medida que os ativos e passivos forem sendo realizados.

3.16 Receitas de vendas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, líquida das devoluções, descontos, impostos e encargos sobre vendas.

3. 17 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. São arrecadados por estimativas mensais, tendo seu ajuste e apuração anual em 31 de dezembro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. É mensurado pelas alíquotas que se espera sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a Impostos de Renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados e são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.18 Lucro por ação

O lucro líquido por ação é determinado considerando as ações em circulação nas datas dos balanços.

3.19 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor
Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Disponível

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	727	1.984
Bancos	2.344.037	900.148
Aplicação financeira	3.446.650	12.565.949
	5.791.415	**13.468.082**

Nas disponibilidades apresentadas nas instituições financeiras constam os recebimentos das operações de vendas de serviços de impressão, distribuição e comercialização dos Jornais Oficiais do Estado de Pernambuco, de livros, revistas e outras publicações.

Compõe o saldo de Aplicações Financeiras em 31/12/2018 as aplicações de liquidez imediata, em sua totalidade de renda fixa, com rendimentos atrelados à variação do CDI, podendo ser resgatados de acordo com as necessidades de recursos da empresa. Estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, equivalentes ao seu valor justo, e não apresentam exposição de risco ao grupo.

	31/12/2018	31/12/2017
Fundo de investimento - Banco do Brasil	400.208	422.373
Fundo de investimento - Caixa Econômica Federal	2.579.563	10.695.167
Fundo de investimento - Banco Santander	-	8.001
Fundo de investimento - Banco Bradesco	466.880	1.440.408
	3.446.650	**12.565.949**

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2018	31/12/2017
Venda de serviço para Adm. Pública Federal	290.079	353.200
Venda de serviço para Adm. Pública Estadual	43.645.728	40.819.047
Venda de serviço para Adm. Pública Municipal	731.446	428.640
Outros	487.477	227.912
	45.154.731	**41.828.799**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de serviços por cada esfera do Governo.

Como a grande maioria das vendas de serviços constituem-se na forma de vendas realizadas para a Administração Pública, a serem recebidas por meio de "empenhos", não se constituem perda estimadas sobre esses valores. Contudo, passado o período prescricional de cinco anos, pode acontecer que alguns valores empenhados não tenham sido ainda recebidos. Neste caso, baixa-se esse direito contra uma despesa de perda com clientes. Como a empresa não realiza vendas com caráter de financiamento, não há a necessidade de ajuste ao valor presente.

6. Estoques

	31/12/2018	31/12/2017
Matérias primas		
Papéis	238.797	275.524
Cartões	87.479	85.588
Tintas	7.303	13.293
Produtos químicos	29.494	13.825
Chapas	83.339	29.550
Diversos	52.485	70.236
	498.898	**488.016**
Serviço em curso	696.407	782.061
Almoxarifado	17.168	20.778
	713.575	**802.839**
	1.212.473	**1.290.855**

Os estoques estão formados por matérias primas utilizadas para a confecção de revistas, livros e adicionalmente material de escritório e de limpeza.

A conta Serviço em Curso, representada pelo saldo de R$ 696.407 em 31 de dezembro de 2018 corresponde a encomendas de produtos gráficos em fase de elaboração para posterior entrega aos clientes.

O custo é baseado no princípio do custo médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Não foram identificadas perdas em relação ao valor recuperável dos estoques.

7. Tributos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo negativo IRPJ 2016	-	862.845
Saldo negativo CSLL 2016	-	221.039
Saldo negativo IRPJ 2017	95.311	560.458
Saldo negativo CSLL 2017	-	186.700
Saldo negativo IRPJ 2018	415.015	-
Saldo negativo CSLL 2018	122.826	-
	633.152	**1.831.042**

8. Depósitos judiciais

	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos judiciais trabalhistas	167.535	172.592
	167.535	**172.592**

Os depósitos judiciais referem-se, basicamente, ao volume de processos em andamento, bloqueios judiciais em conta bancária da Companhia como garantias exigidas para continuidade dos processos. Estão restritos a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

9. Investimentos em outras companhias

	Em R$
Saldo em 31 de dezembro de 2017	113.142
Baixa de saldos	(20.915)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**92.227**

O saldo corresponde aos instrumentos financeiros disponíveis para a venda, mensurados pelo valor justo (cotação na bolsa de valores). Está representado pelas ações da COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento.

10. Impostos diferidos

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Imposto de renda pessoa jurídica	-	3.826
Contribuição social sobre o lucro líquido	-	2.296
	-	**6.122**
Passivo		
IRPJ diferido sobre reavaliação de ativos	688.758	706.590
CSLL diferido sobre reavaliação de ativos	413.255	423.954
IRPJ diferido sobre ajuste a valor justo de investimentos	13.834	15.373
CSLL diferido sobre ajuste a valor justo de investimentos	8.300	9.223
	1.124.148	**1.155.140**

Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto esperada a ser aplicada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e da contribuição social.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas expectativas de lucros futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

11. Outros investimentos

Saldo em 31 de dezembro de 2017	982.456
Novas aquisições (doação)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**982.456**

Os investimentos referem-se a Obras de Arte (quadros e esculturas), as quais correspondem as aquisições de 09 painéis artísticos na data 03/01/2010 pela CEPE. A Companhia recebeu uma doação do Instituto Aberlado da Hora conforme ofício de doação de nº 016/2016.

Obras de Artes

Quadros	442.456
Escultura	540.000
	982.456

A CEPE tem em seu Estatuto Social, o compromisso de promover, incentivar e divulgar a valorização do acervo histórico e cultural do Estado.

12. Imobilizado

O ativo imobilizado está constituído ao custo de construção ou aquisição subtraído os valores da depreciação acumulada, calculada linearmente conforme as taxas demonstradas abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Os valores referentes à apuração da depreciação acumulada no exercício são apropriados como custos ou despesas ao resultado do exercício, a depender da alocação e função do bem dentro das instalações da empresa.

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Ativo imobilizado				
Instalações	119.630	-	-	119.630
Móveis e utensílios adquiridos após reav.	5.025.851	76.240	(133.805)	4.968.286
Veículos adquiridos após reav.	95.700	22.000	-	117.700
Hardware adquiridos após reav.	2.591.623	394.026	(99.711)	2.885.938
Maquinárias adquiridos após 2005	9.441.059	-	-	9.441.059
Terrenos - reavaliação	1.773.558	-	-	1.773.558
Edificações - reavaliação	3.461.906	-	-	3.461.906
Móveis e utensi. - reavaliação	134.093	-	(32.090)	102.003
Maquinárias - reavaliação	361.728	-	(36.092)	325.636
Hardware - reavaliação	14.048	-	(12.261)	1.786
Terrenos - reavaliados	104.304	-	-	104.304
Edificações - reavaliados	531.572	-	-	531.572
Móveis e utensi. - reavaliados	157.650	-	(37.759)	119.891
Maquinárias - reavaliados	26.439	-	(2.638)	23.801
Hardware - reavaliados	46.604	-	(40.678)	5.927
	23.885.765	**492.266**	**(395.033)**	**23.982.998**
Depreciação Acumulada				
Instalações	(70.281)	(3.504)	-	(73.785)
Móveis e utensílios	(863.615)	(528.688)	91.548	(1.300.756)
Veículos	(31.764)	(11.531)	-	(43.295)
Computadores e periféricos	(1.515.263)	(466.461)	84.535	(1.897.188)
Maquinarias adiq. após 2005	(3.231.087)	(473.054)	1.001	(3.703.140)
Edificações - reavaliação	(691.689)	(77.838)	983	(768.544)
Móveis e utensílios - reavaliação	(82.049)	(5.895)	21.388	(66.557)
Maquinarias - reavaliados	(246.948)	(13.703)	24.368	(236.283)
Computadores e reriféricos - reavaliação	(14.048)	-	12.261	(1.786)
Edificações - reavaliados	(106.208)	(63.037)	51.236	(118.009)
Móveis e utensílios - reavaliados	(96.546)	(4.409)	22.664	(78.291)
Maquinarias - reavaliados	(18.047)	(1.001)	1.781	(17.267)
Computadores e periféricos - reavaliados	(46.604)	-	40.678	(5.927)
	(7.014.149)	**(1.649.121)**	**352.444**	**(8.310.827)**
	16.871.616	**(1.156.855)**	**(42.589)**	**15.672.171**

Por solicitação do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, as edificações e os terrenos de propriedade da CEPE foram submetidos a um laudo de avalição, com vistas a verificação de seus valores justos em outubro de 2015.

No entanto, a prática de atualizar os referidos bens a valor justo não é condizente com a legislação societária vigente em nossa jurisdição, a qual revogou a prática de reavaliação de ativos. Para fins de divulgação, os valores constantes no laudo de avaliação dos referidos ativos são os seguintes:

	Valor Avaliado (médio)
Edificações totais	4.422.459
Terrenos	9.391.593
	13.814.052

13. Intangível

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Ativo intangível				
Marcas e patentes	1.706	-	-	1.706
Softwares	1.245.106	713.297	(88.816)	1.869.588
	1.246.813	**713.297**	**(88.816)**	**1.871.294**
Amortização acumulada				
Amortização	(928.393)	(103.605)	-	(1.031.998)
	(928.393)	**(103.605)**	**-**	**(1.031.998)**
	318.420	**609.692**	**(88.816)**	**839.296**

As marcas e patentes não sofrem amortização tendo em vista que possuem vida útil indefinida.

14. Obrigações trabalhistas

	31/12/2018	31/12/2017
Consignações da folha de pagamento	64.741	65.740
Provisões para férias	919.184	989.084
	983.925	**1.054.824**

15. Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	1.262.254	1.110.502
	1.262.254	**1.110.502**

CONTINUA

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Contas a pagar a fornecedores são reconhecidas, inicialmente ao valor de mercado e não são avaliadas subsequentemente pelo custo amortizado porque não há incidência de juros sobre as mesmas.

16. Obrigações sociais

	31/12/2018	31/12/2017
INSS	243.153	236.883
INSS fonte	68.572	60.664
FGTS	90.765	73.268
Outros	59.651	73.329
	462.142	**444.145**

17. Obrigações tributárias

	31/12/2018	31/12/2017
PASEP	35.102	43.393
COFINS	161.793	200.048
Imposto sobre serviço - ISS	14.839	43.535
Imposto de renda retido na fonte	70.093	133.804
	281.827	**420.781**

18. Adiantamentos de clientes

	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento de clientes	296.466	270.502
	296.466	**270.502**

Os saldos representam valores recebidos de clientes, referentes a vendas de serviços, cujo processo de fabricação não havia sido concluído até o final de cada exercício.

19. Juros sobre capital próprio

	31/12/2018	31/12/2017
Juros sobre o capital próprio	1.197.000	1.464.750
	1.197.000	**1.464.750**

O Estatuto Social da Companhia prevê que no mínimo 6% do lucro líquido do exercício sejam distribuídos aos seus acionistas. A Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício social, ainda que não tenha sido distribuído.
O saldo corresponde à destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembleia geral.

20. Provisão para contingências

	31/12/2018	31/12/2017
Provisões Trabalhistas	75.000	75.000
	75.000	**75.000**

As provisões são compostas por processos trabalhistas e cíveis. A administração, consubstanciada na opinião dos seus assessores jurídicos, mantém provisão para contingências trabalhistas julgadas suficientes para cobrir possíveis perdas sobre os processos atualmente em andamento.

	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	50.000	-	50.000
Cíveis	-	46.152	46.152
	50.000	**46.152**	**96.152**

21. Patrimônio líquido

	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social Realizado	65.373.000	65.373.000
Reservas	4.591.721	6.970.925
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.031.921)	(1.063.619)
Prejuízos Acumulados	(3.703.254)	-
	65.229.547	**71.280.306**

a) Capital social
O capital social em 31 de dezembro de 2018 está composto por 131.250 ações nominativas, de valor unitário de R$ 498 (R$ 490 em 2016), sendo 106.250 ações ordinárias e 25.000 ações preferenciais sem direito de voto. A participação do Governo do Estado de Pernambuco corresponde a 100% das ações ordinárias com direito a voto e 99,98% das ações preferenciais.

b) Reservas
Reserva de reavaliação
A realização da reserva é reconhecida à medida que os ativos reavaliados forem sendo realizados mediante depreciações até sua extinção.

c) Ajuste de avaliação patrimonial
Registram a contrapartida da mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros mantidos para venda (investimentos em outras companhias – ações).

22. Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta de serviços	46.698.074	46.945.791
Impostos sobre Serviços	(3.365.570)	(2.983.871)
	43.332.504	**43.961.920**

23. Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	354	116
Rendimentos de aplicações financeiras	363.508	2.071.715
Juros ativos	161.028	50.619
Variações monetárias	2.833	18.176
	527.723	**2.140.626**
Despesas financeiras		
Juros passivos	-	(308)
Multa de mora	(3.569)	(34.704)
Despesas bancárias	(92.892)	(103.941)
Juros sobre o capital próprio	(1.197.000)	(1.464.458)
	(1.293.461)	**(1.603.411)**
Resultado Financeiro Líquido	**(765.738)**	**537.215**

As receitas financeiras abrangem em sua maioria as oriundas de aplicações temporárias em títulos e fundos de investimentos.
Nas despesas financeiras estão incluídos os juros, descontos, despesas bancárias e os juros sobre capital próprio a serem pagos aos acionistas da Companhia (como contrapartida de conta do passivo).

24. Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e da contribuição social.
A alíquota desses impostos para determinação desses créditos é de 25% para imposto de renda e de 9% para contribuição social
As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas expectativas de lucros futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

25. Instrumentos financeiros
A companhia participa em operações com diversos instrumentos financeiros, destacando-se dentre os mesmos o caixa e equivalentes de caixa, e incluindo contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, tributos a recuperar; com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa e manter seu endividamento em níveis compatíveis.
Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses.
Os saldos contábeis e os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 estão a seguir demonstrados:

	Valor Contábil ou Valor de Mercado 31/12/2018	Valor Contábil ou Valor de Mercado 31/12/2017
Disponível	5.791.415	13.468.082
Contas a receber	45.154.731	41.828.799
Tributos a recuperar	633.152	1.831.042
Fornecedores	1.262.254	1.110.502

Disponível: Os saldos em contas mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.
Contas a receber: Apresentados pelos seus valores faturados e que será efetivamente recebido dos clientes.
Tributos a recuperar: Apresentados ao valor contábil uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor de mercado.
Fornecedores: Apresentados pelos seus valores faturados e que será efetivamente pago aos fornecedores.

26. Cobertura de seguros
A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas materiais e lucros cessantes, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2018 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta da seguinte forma:

Em R$	31/12/2018	Seguradora
Incêndio, Explosão, Implosão	16.000.000	Porto Seguro
Danos Elétricos	200.000	Porto Seguro
Perda de Aluguel	60.000	Porto Seguro
Tumultos	20.000	Porto Seguro
Responsabilidade Civil	100.000	Porto Seguro
Recomposição	30.000	Porto Seguro
Lucros Cessantes	1.000.000	Porto Seguro
RC do Empregador	20.000	Porto Seguro
Vida	60.000	Tokio Marine
Obras de arte	945.000	Chubb Seguros Brasil S.A.
	18.435.000	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da **COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO - CEPE**

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Editora de Pernambuco - CEPE que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Editora de Pernambuco - CEPE em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados
às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 22 de fevereiro de 2019.

MS - Business Team
Auditors & Consultors

MS BUSINESS TEAM
Auditores Independentes S/S
CRC-PE 390/O

Marcelo Sávio da Silveira Alves
CONTADOR CRC-PE 11.540/O-1

André Luiz de Melo Albuquerque Machado
CONTADOR - CRC/PE 26.550/O – 4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada em 02 de abril de 2019, procederam ao exame da seguinte pauta: 01. Examinaram e opinaram sobre o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, observado o cumprimento das determinações contidas na Lei 6.404 sobre a matéria; 02. Baseado nos exames efetuados, e, considerando o Parecer dos Auditores Independentes da MS BUSINESS TEAM Auditores Independentes S/S datado de 22 de fevereiro de 2019, opinaram favoravelmente à aprovação dos documentos em Assembleia Geral de Acionistas.

Maria Antonieta da Rocha Cruz

Amanda Arruda de Siqueira

Ana Beatriz Freire Paes de Andrade

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

ANDRÉ WILSON DE QUEIROZ CAMPOS - Presidente

LUIZ RICARDO LEITE DE CASTRO LEITÃO - Conselheiro

SILENO SOUZA GUEDES - Conselheiro

ENNIO LINS BENNING - Conselheiro

GUSTAVO VASCONCELOS NEGROMONTE - Conselheiro

DIRETORIA

LUIZ RICARDO LEITE DE CASTRO LEITÃO - Diretor Presidente
BRAULIO MENDONÇA MENESES - Diretor Administrativo e Financeiro
EDSON RICARDO TEIXEIRA DE MELO - Diretor de Edição e Produção

GERINALDO BEZERRA DE MATOS - Contador – CRC/PE – 11.684/O